

DORA  
KRAMER

E-mail: dora.kramer@estadao.com Twitter: @DoraKramer



## Costela de Adão

A clareza na expressão de linguagem não é o forte da presidente Dilma Rousseff. Em suas declarações, verbos, substantivos, adjetivos e advérbios não primam pela harmonia. Nisso é parecida com o ex-presidente Luiz Inácio da Silva, mas com sinal trocado.

Na dificuldade com o manejo das palavras, ele torna simplista o argumento, usa a “quase lógica” que dispensa a coerência, mas parece convincente aos ouvidos do senso comum. A precisa conceituação foi feita pela cientista política Luciana Veiga ainda nos primórdios do governo Lula sobre os espantosos discursos dele.

Já Dilma é tortuosa. Falta-lhe fluência mesmo nos pronunciamentos escritos. No improviso, não raro diz alguma coisa que parece significar outra. Esta, por sua vez, dá margem a uma terceira interpretação e o conjunto nem sempre forma um raciocínio claro.

É o caso da recente afirmação que mereceu destaque na entrevista à *Folha de S. Paulo*, edição de domingo último, sobre a hipótese de o antecessor disputar a eleição de 2014 no lugar dela.

Disse a presidente: “Eu e o Lula somos indissociáveis. Então esse tipo de coisa, entre nós, não gruda, não cola. Agora, falar volta Lula e tal... Eu acho

que o Lula não vai voltar porque ele não foi. Ele não saiu”.

Não saiu do governo? Não foi aonde? Haveria na declaração da presidente uma confissão de tutela ou terá ela querido apenas sair pela tangente no as-

## Dilma se amarra a Lula e dificulta armação de plano B do PT em 2014

sunto reeleição que, com seu beneplácito, foi posto à mesa por Lula no início do ano alegadamente para conter o crescimento da palavra de ordem “volta” no PT e adjacências?

Diante da quantidade de sombras de

dúvidas que permeiam a resposta, a conclusão ficou ao gosto de cada fre-guês. Segundo a oposição, Dilma deu sinal de fraqueza, reconheceu que governa teleguiada pelo antecessor. De acordo com a situação, a presidente quis dizer que a nação petista é firme e indissolúvel como uma rocha.

Aqui também cabe uma terceira avaliação sobre o significado das palavras da presidente. Ao repudiar qualquer possibilidade de separação entre orientador e orientanda, Dilma praticamente anula a chance de armação de um plano B do PT para 2014 tendo como candidato o ex-presidente.

Se não foi essa a intenção da presidente ao dizer que os dois são “indissociáveis”, deixou patente que Lula não poderá se apresentar em feição de contraposição a ela, apresentada que foi ao País por ele como uma versão melhorada de sua imagem e semelhança.

Na mesma linha, o ex-presidente outro dia informou: “Dilma não é mais que uma extensão da gente lá”. O eleitor haverá de concordar. Para o bem ou para o mal.

**Sinuca.** Quando mudou a regra de cálculo para o reajuste do salário mínimo

a partir de 2012, o governo retirou do Congresso a prerrogativa de debater anualmente o assunto.

O argumento: a norma deveria ser permanente e, o aumento, estabelecido pela combinação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor com a taxa de crescimento da economia dos dois anos anteriores.

Na prática, agora, dois problemas: criou-se uma indexação, perigosa em tempos de inflação escapando da meta, e eliminou-se a possibilidade de divisão de responsabilidade com o Legislativo por reajuste reduzido em decorrência do PIB diminuto.

**Emérito.** Na celebração geral ao papa Francisco falta o reconhecimento ao antecessor Bento XVI por ter aberto espaço, com sua renúncia, para a pessoa certa no momento certo na condução da Igreja Católica.

Jorge Mario Bergoglio fala de humildade, simplicidade, reencontro da humanidade com valores da espiritualidade em contraposição aos excessos da materialidade. Joseph Ratzinger disse o mesmo com seu gesto de desprendimento.

Nem tão juntos assim

O PARCEIRO  
AGORA É  
PERSONA  
NON GRATA

Derrocada de Cabral faz Planalto reavaliar ligação com governador do Rio, o mais mal avaliado do País

Leonencio Nossa / RIO  
ENVIADO ESPECIAL

Visto como principal parceiro do Planalto na realização dos grandes eventos – a Copa do Mundo e a Olimpíada –, o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), tornou-se rapidamente um aliado incômodo do governo. A continuidade dos protestos de rua no Rio e a divulgação de episódios pessoais desabonadores derubaram sua popularidade e levaram a presidente Dilma Rousseff a discutir com auxiliares uma forma de, sem constrangimentos, distanciar-se do peemedebista.

Mas a estratégia exige cuidados. Como lembra um auxiliar direto da presidente, o Planalto não pode escancarar esse isolamento de Cabral – afinal, os dois estarão lado a lado, como dita a agen-

da oficial, em muitas cerimônias relativas à organização dos dois grandes eventos esportivos. No mês passado, no Rio, a presidente disse a Cabral, em discurso: “Estamos juntos”. Se o distanciamento vier de forma brusca e rápida, há um alto risco de o efeito político, para Dilma, ser exatamente o oposto.

Alguns auxiliares e ministros próximos da presidente não veem razão para prosseguir com os encontros marcados por gentilezas e afetos. O governador, admitem, entra nos dois anos finais de mandato em uma situação “dramática”. A pesquisa CNI/Ibope da semana passada, ao mostrar que só 12% dos entrevistados avaliam Cabral como ótimo ou bom, indicou também que é justamente no Rio que Dilma tem a sua pior avaliação no País – 19% de aprovação.

Em conversas mantidas antes da pesquisa, a presidente definiu o discurso com seus minis-



Relação delicada. O governador no Palácio das Laranjeiras: temporada de más notícias

tros – a ideia era não se pronunciar sobre a repressão policial aos protestos do Rio. O Planalto avaliou que essa era a melhor forma de não “pular do barco” pilotado por Cabral e, ao mesmo tempo, de evidenciar que a

violência nas ruas, criticada por muitos, era problema estadual.

Um ministro próximo de Dilma chegou a avaliar, em um encontro com ela, que a má condução de Cabral na crise – com o uso abusivo da polícia – ao me-

nos diminuiria a pressão do governador de tentar ser o vice na chapa do PT na eleição presidencial do próximo ano.

Outro cuidado, nas tarefas diárias do Planalto, era evitar um racha com Cabral após a de-

cisão do diretório do PT fluminense de lançar candidato à sucessão estadual – o senador Lindbergh Farias. Há tempos Cabral havia acertado com o Planalto o apoio, em 2014, ao seu vice, Luiz Fernando Pezão (PMDB).

**Apoio em baixa.** O apoio à aliança com o governador não tinha sido abalado, na avaliação do Planalto, pelos episódios que o aproximavam do empresário Fernando Cavendish, então dono da Delta Construções, que mantinha contratos com o governo do Estado. Cabral e Cavendish foram fotografados em cenas desalentadas, com guardanapos na cabeça, em um restaurante em Paris, e viajaram juntos com suas famílias para Porto Seguro.

Essa avaliação começou a mudar no mês passado, com a violência na rua, os protestos diante de sua casa e as denúncias de que usava um luxuoso helicóptero oficial para viagens de fim de semana. Numa coletiva para se explicar sobre a compra do aparelho – parte da “agenda positiva” do Planalto – o governador não gostou das perguntas e foi embora, deixando sozinho os ministros Miriam Belchior (Planejamento) e Aguiinaldo Ribeiro (Cidades).

O constrangimento foi relatado a Dilma, que no momento prepara um evento para formalizar a anunciada ajuda de R\$ 50 bilhões para Estados e municípios. O lugar de Cabral no evento está garantido – mas numa cadeira afastada do palco.

## Alckmin cede a procuradores e exclui ponto polêmico de projeto

Texto inicial obrigava categoria a defender servidores, incluindo secretários de Estado, em ações de improbidade

Barbara Ferreira Santos  
Fausto Macedo

O governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) enviou ontem à Assembleia Legislativa o projeto de Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) sem o dispositivo que atribuía aos procuradores a missão de defender agentes públicos – servidores efetivos e comissionados e também ex-servidores – em demandas judiciais.

Alckmin negou que o texto tenha sido elaborado sem transparência, conforme alegam procu-



Liberados. Alckmin atendeu ao pedido dos procuradores

radores que pediam que o texto fosse submetido à análise do Conselho Superior da PGE, antes de ser encaminhado ao Legislativo. “Isso está sendo debatido há praticamente um ano”, destacou o governador.

Ele disse que é importante oferecer mais segurança jurídica aos servidores. “Imagine um funcionário da Cetesb (*Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental*), ou um órgão qualquer, ele toma uma decisão, amparado por apoio jurídico do Estado, depois alguém resolve processar o funcionário. O que ele faz para se defender? Isso acaba travando um pouco a administração, porque ele (*funcionário*) não quer assumir a responsabilidade. Mas, para que

não haja nenhuma dúvida, mandamos retirar esse item da proposta.”

“Houve um recuo do governo, é bom”, declarou Márcia Semer, presidente da Associação dos Procuradores do Estado, que liderou mobilização da classe para que a defesa de servidores réus – até por improbidade – não fosse incluída no projeto. “É uma vitória dos procuradores e estamos felizes com a decisão do governador.”

A Casa Civil rechaçou taxativamente que o governo tenha recuado. Assinalou que o governo só poderia recuar se tivesse enviado o projeto de lei e depois mudado. “O governo só tem um projeto, a versão final enviada à Assembleia. Não tem cabimento falar em recuo.”

Os procuradores continuam mobilizados. Uma comissão vai estudar e redigir emendas. “Vamos fazer um corpo a corpo diário com os deputados”, declarou Márcia. “Vamos apresentar também emendas propositivas, como a instalação de uma ouvidoria na PGE composta por integrante da sociedade civil e com assento no Conselho da PGE. É adequado às carreiras que exercem função essencial à Justiça.”

## Comissão de Ética federal dá sinal verde para Afif

BRASÍLIA

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República deu o sinal verde para o acúmulo de cargos do ministro da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos (PSD), que assumiu o posto sem deixar de ser vice-governador de São Paulo. O processo contra Afif foi arquivado por unanimidade.

“Foi arquivado porque ele não exerce nenhuma função como vice-governador. A função que ele tem é delegada pelo titular do cargo”, disse o presidente da comissão, Américo Lacombe. “O problema é todo do Estado de São Paulo.”

Segundo resolução da comissão, há conflito de interesses no exercício de atividade que “viola o princípio da integral dedicação pelo ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, que exige a precedência das atribuições do cargo ou função pública sobre quaisquer outras atividades”. Para Lacombe, o acúmulo de cargos não se enquadra nessa situação.

Na semana passada, a Assembleia de São Paulo abriu procedi-

mento de impeachment contra Afif por ele ter aceito ser ministro da presidente Dilma Rousseff (PT) mesmo sendo vice do governador Geraldo Alckmin (PSDB). Afif recorreu ao Supremo Tribunal Federal e conseguiu suspender a tramitação do processo contra ele na Casa.

Parcer de Advocacia-Geral da União de maio também já afastava a ilegalidade do caso. Segundo a AGU, haveria impedimento apenas se Afif sucedesse definitivamente ao governador. “Ele (*Afif*) não está acumulando vencimentos, optou por receber os vencimentos de ministro; haveria um problema sério se ele estivesse acumulando vencimentos”, disse Lacombe.

**Jatos.** A comissão também decidiu analisar o uso de jatos da FAB pelos ministros Garibaldi Alves e Aldo Rebelo. Rebelo levou família ao cumprir agenda em Cuba; Garibaldi foi ao Rio assistir a um jogo da Copa das Confederações. Na próxima reunião da comissão, em 19 de agosto, se debaterá sobre a abertura ou não de processo a respeito. / RAFAEL MORAES MOURA